



Senado Federal  
Senador Cidinho Santos  
**PARECER Nº 235, DE 2017**

Plenário Senado Federal, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 160, de 2017 (PL nº 9086/2017, na Casa de origem), do Deputado Evandro Gussi, que *dispõe sobre a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio) e dá outras providências.*

SE/17307 27535.01

Relator: Senador Cidinho Santos

## I – RELATÓRIO

Vem para análise desta Casa, perante o Plenário do Senado Federal, o PLC nº 160, de 2017 (PL nº 9.086, de 2017, na origem), autor o Deputado Federal Evandro Gussi, cujo objetivo é estabelecer a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), que permitirá a



Senado Federal  
Senador Cidinho Santos

ampliação da participação dos biocombustíveis na matriz energética nacional, com o oferecimento de energia a partir de fontes renováveis, além de criar meios para que o país atenda às metas de redução de emissões de gases do efeito estufa (GEEs) que se comprometeu a cumprir em acordos internacionais.

Senhores e senhores Senadores,

Na Câmara dos Deputados, o PLC em análise foi aprovado com três emendas pelo Plenário daquela Casa.

Aqui no Senado Federal, o projeto foi despachado a Comissão de Assuntos Econômicos, no qual seu relator, o Senador



Senado Federal  
Senador Cidinho Santos

FERNANDO BEZERRA, apresentou relatório pela sua aprovação sem nenhuma alteração.

Hoje pela manhã, o relatório foi deliberado pela comissão e aprovado em sua totalidade.

## II – ANÁLISE

O Brasil é o segundo maior produtor mundial de biocombustíveis, tendo gerado 27 bilhões de litros de etanol e 4,2 bilhões de litros de biodiesel em 2017. O etanol é utilizado em mistura com a gasolina na proporção de 27% em volume em todo o país, bem como combustível único na forma de etanol hidratado nos carros “flex-fuel”, que representa mais de 65% da frota atual de veículos leves. O biodiesel é adicionado ao diesel fóssil na proporção de 8%, e já foi





Senado Federal  
Senador Cidinho Santos

4

aprovada elevação dessa mistura para 10% a partir de março de 2018.

Apesar destes números expressivos, o Brasil nunca possuiu uma política específica para todos os biocombustíveis, de forma conjunta. Tampouco foram criadas as bases para o desenvolvimento sustentado dessa atividade, com previsibilidade para os agentes públicos e privados, como bem registrado na justificativa do projeto. No cenário atual, investimentos para a expansão da produção de biocombustíveis encontram-se paralisados pela falta de objetivos claros sobre a sua participação na matriz, que ainda não reconhece suas vantagens ambientais e de promoção de desenvolvimento econômico e social sustentável.



Senado Federal  
Senador Cidinho Santos

Ademais, não se trata de uma proposição que abrangerá apenas o etanol e o biodiesel. Existe um potencial notável para a inserção comercial de novos biocombustíveis na matriz energética, como o biogás, o biometano (biogás purificado) e o bioquerosene de aviação. Também há o potencial de novas gerações de biocombustíveis. Todos os biocombustíveis, líquidos, gasosos ou sólidos, presentes e futuros, estão contemplados no âmbito do RenovaBio.

Desse modo, será uma política pública que, pela primeira vez, objetiva traçar uma estratégia conjunta para estimular e reconhecer o papel estratégico dos biocombustíveis na matriz energética brasileira, tanto no que se refere à sua contribuição para a segurança energética, com previsibilidade, quanto para mitigação de



Senado Federal  
Senador Cidinho Santos

redução de emissões de gases causadores do efeito estufa no setor de combustíveis.

Esse estímulo aos biocombustíveis não será pautado em medidas artificiais, como a criação de subsídios, créditos presumidos ou os chamados impostos sobre o carbono. A solução da escolha dos biocombustíveis vencedores será dada pela própria sociedade, a partir de mecanismos de mercado, mais eficientes para estimular a competitividade com previsibilidade. Em essência, o estímulo do RenovaBio será, assim, assegurado por mecanismos técnicos voltados para reconhecer a capacidade de cada biocombustível para redução de emissões, a partir dos seguintes instrumentos principais: Metas nacionais de redução de emissões para combustíveis; Certificação da produção eficiente





Senado Federal  
Senador Cidinho Santos

de biocombustíveis; Crédito de Descarbonização por Biocombustíveis.

A certificação da produção por avaliação de ciclo de vida, que é uma metodologia com forte base científica, padronizada pelas normas ISO 14040 e 14044 e empregada em diversas normativas internacionais, para distintos produtos. Inclusive, já é aplicado a vários produtores de biocombustíveis brasileiros, quando exportam para outros países. Essa certificação atribuirá notas diferentes para cada produtor de biocombustíveis. Maior será a nota de certificação para o produtor que produzir maior quantidade de energia limpa, com menores emissões de CO<sub>2</sub>, no ciclo de vida, independentemente da espécie do biocombustível.



Senado Federal  
Senador Cidinho Santos

Dessa forma, a nota refletirá exatamente a contribuição individual de cada usina para a mitigação de uma quantidade específica de gases de efeito estufa em relação ao seu substituto fóssil. Quanto maior a nota, maior será a quantidade de Créditos de Descarbonização por Biocombustíveis. Esse crédito consistirá em um ativo financeiro, a ser negociado em balcão organizado (bolsa de valores), emitido pelo produtor de biocombustível. Ou seja, para cada litro de biocombustível vendido, o produtor ganha o direito de ir na bolsa e emitir uma determinada quantidade de Créditos de Descarbonização. A demanda por esses Créditos virá de diversos setores, como o das distribuidoras de combustíveis, setor de aviação, fundos de investimento “verdes” de instituições





Senado Federal  
Senador Cidinho Santos

financeiras e demais agentes que precisam adquirir créditos de descarbonização em contrapartida pela emissão de carbono de suas atividades produtivas. Inspirado na experiência norte-americana, não é possível a venda direta, mas somente por intermédio do balcão organizado.

Já as metas nacionais de redução de emissões para a matriz de combustíveis deverão ser definidas para um período de 10 anos. São importantes para assegurar previsibilidade, em termos de emissões que, por sua vez, traduzem-se em necessidades volumétricas de combustíveis (fósseis e renováveis) ao longo do tempo. Isso é fundamental para permitir que os agentes privados façam seus planejamentos e análises de



Senado Federal  
Senador Cidinho Santos

investimento em um ambiente com menos incertezas.

As metas nacionais serão desdobradas em metas individuais, anualmente, para os distribuidores de combustíveis, conforme sua participação no mercado de combustíveis fósseis. Os distribuidores comprovarão o atingimento da suas respectivas metas a partir da quantidade de Créditos de Descarbonização por Biocombustíveis adquiridos em bolsa de valores. Esse mecanismo financeiro contribuirá também para trazer maior segurança para a fiscalização do mercado de combustíveis.

Com base nesses instrumentos, cuja base legal está na presente proposta, a Política Nacional de Biocombustíveis estimulará de maneira notável o aumento da competitividade e



Senado Federal  
Senador Cidinho Santos

da sustentabilidade dos biocombustíveis produzidos no Brasil. Estimulará a melhoria do desempenho ambiental, com ênfase em eficiência energética e redução de emissões.

Cumpre observar que a mais avançada produção de biocombustíveis não somente reduz as emissões de gases causadores de efeito estufa, em relação aos combustíveis fósseis, mas vai além: já há casos onde a produção eficiente de biocombustíveis anula as emissões relativas de CO<sub>2</sub> dos combustíveis fósseis e, mais do que isso, poderá ainda reter mais carbono do que gerou ao longo de todo o processo de produção e uso do renovável, no ciclo de vida. Ou seja, é o que se chama de “sequestro de carbono”, a partir de uma atividade produtiva e competitiva, que gera emprego e renda para o Brasil. O que





Senado Federal  
Senador Cidinho Santos

precisamos, então, é induzir que mais casos desses aconteçam no mundo real.

A indução à eficiência energética e ambiental objetivada pelo RenovaBio contribuirá para mover toda a indústria de biocombustíveis, com previsibilidade, nessa direção de reversão do acúmulo de gases de efeito estufa. O avanço tecnológico dos biocombustíveis e a expansão da sua produção em bases sustentáveis contribuirão para isso.

Em síntese, o PLC oferece uma solução que estimula o mercado a partir de mecanismos de mercado; estimula eficiência, competitividade, desempenho ambiental; induz a redução de custos de produção; agrega valor com menor dependência externa; gera emprego e renda; contribui para o compromisso no Acordo de



Senado Federal  
Senador Cidinho Santos

Paris; é fundamental para a segurança energética do abastecimento de combustíveis.

CE/17307 37535.01

### III – VOTO

Diante do exposto, voto pela **aprovação** do PLC nº 160, de 2017.

Sala das Sessões,

, Presidente

, Relator